

# **RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA SEGURANÇA SOCIAL**

## ***Execução no 1º Semestre de 2003 (com base nos Resultados Provisórios divulgados)***

### **INTRODUÇÃO:**

O ano de 2002 marcou o início da aplicação da nova Lei de Bases dos Sistemas de Solidariedade e de Segurança Social, designadamente no domínio do financiamento.

Esta Lei de Bases, prevê uma nova composição do Sistema de Segurança Social, ao englobar o sistema público de segurança social (com as vertentes previdencial, de solidariedade e de protecção familiar) e, ainda, o sistema de acção social e o sistema complementar que ainda se encontra por concretizar.

Este novo quadro normativo procura o fortalecimento do princípio da co-responsabilização social do Estado, das empresas e das famílias, fomentando e consolidando uma cultura de partilha de riscos sociais.

Consagra a concretização do princípio da convergência das pensões mínimas (invalidez, velhice, pensão social e do regime de segurança social dos agricultores) indexadas ao salário mínimo nacional, a par do reforço da diferenciação positiva, na atribuição das diferentes prestações sociais a favor das pessoas mais carenciadas.

Nos termos do estatuído na Lei n.º 32/2002, de 20 de Dezembro (Lei de Bases da Segurança Social) e no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 331/2001, de 20 de Dezembro, em 2004, o Estado financia o orçamento da Segurança Social, com recurso adicional à consignação de receitas do IVA, para os encargos com o subsistema de protecção às famílias e políticas activas de emprego e formação profissional.

Neste contexto, o Orçamento da Segurança Social (OSS) integra o Orçamento do Instituto de Gestão dos Fundos de Capitalização da Segurança Social (IGFCSS) e reflecte a aplicação da Lei de Bases da Segurança Social – Lei n.º 32/2002, de 20 de Dezembro.

Na análise à execução do Orçamento da Segurança Social que se segue, importa ainda destacar algumas notas prévias que justificam a origem e o tratamento da informação que sustenta o presente relatório.

Os valores apresentados neste Relatório referem-se exclusivamente ao sistema da Segurança Social, pelo que aqui não estão incluídos outros regimes de protecção social, como sejam o regime dos funcionários públicos e outros sistemas públicos de protecção, como o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Paralelamente, não estão igualmente incluídos os regimes privados de protecção, como são os regimes dos funcionários bancários (da responsabilidade das respectivas entidades empregadoras) e os regimes de acidentes de trabalho (mantidos pelas companhias seguradoras). O conjunto dos dados referidos anteriormente são consolidados e disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e extravasam o âmbito da nossa análise.

Por outro lado, os valores apresentados pela Segurança Social, para a execução orçamental do ano de 2003 – e que constituem o suporte da análise deste Relatório – têm ainda um carácter provisório, não tendo sido divulgada uma versão definitiva. Assim, estes valores da execução orçamental apresentados pela Segurança Social e com origem no Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), podem ainda vir a revelar algumas pequenas divergências, quando comparados com os valores finais apurados na perspectiva da Conta Geral do Estado de 2003.

Para estas eventuais correcções acresce também a circunstância da introdução do novo sistema de informação financeira (SIF), que se encontra em funcionamento desde o dia 2 de Janeiro de 2002, ainda estar a progredir gradualmente para a estabilização.

Relativamente ao conteúdo da execução orçamental do ano 2003, ela inclui os resultados da Capitalização Pública de Estabilização, da responsabilidade do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social (IGFCSS) – anteriormente transferidas para o Fundo de Equilíbrio Financeiro da Segurança Social (FEFSS) – que não estavam incluídos na execução orçamental de 2001. Estes valores, relativos ao IGFCSS só a partir do 3º trimestre de 2002 passaram a estar contemplados – embora parcialmente – na execução orçamental da Segurança Social.

Em função da experiência adquirida ao longo do primeiro ano de elaboração de Relatórios de Acompanhamento da Execução Orçamental da Segurança Social, mas também pelo relativo interesse que a informação suscitou, particularmente no período de debate na Comissão Parlamentar de Execução Orçamental, deixámos de incluir uma variação implícita, elaborada por referência à previsão de execução do Orçamento da Segurança Social (OSS) de 2002.

Na elaboração deste Relatório para a Comissão Parlamentar de Execução Orçamental, mantivemos a possibilidade de fazer uma outra leitura para a execução orçamental da Segurança Social, recorrendo ao Mapa IX, do Orçamento de Estado, para comparar o Orçamento da Segurança Social com o executado até ao final do 1º semestre de 2003 (Quadros Nº 3 e Nº 9).

Da análise à execução orçamental de Janeiro a Junho de 2003, constata-se que a receita total, incluindo o saldo integrado de 2002 no valor de 667.188,7 mil Euro, evidencia um decréscimo de 0,9% em relação ao período homólogo de 2002 e a despesa total um decréscimo de 1,3% em relação ao mesmo período, gerando um saldo orçamental no final de Junho de 2003 de 517.295,8 mil Euro, que representa 0,38% do PIB.

O comportamento da receita está condicionado nomeadamente pela evolução dos activos financeiros que denotam um decréscimo significativo – fundamentalmente em resultado da menor e mais lenta rotação da carteira do FEFSS/IGFCSS – e pela evolução das contribuições que, representando 59,7% das receitas totais, evidenciam um acréscimo de 1,9% relativamente ao período homólogo de 2002.

O decréscimo de 1,3% na despesa total, relativamente ao valor registado no período homólogo de 2002, decorre do efeito conjugado de um agravamento de 8,4% nas despesas correntes, fruto do efeito da actual conjuntura económica nas prestações substitutivas do trabalho e do comportamento mais lento no início do ano das transferências e subsídios correntes e das despesas de capital, que no conjunto apontam para um decréscimo de 27,2% relativamente a igual período de 2002.

# 1. RECEITA:

## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO 1º SEMESTRE DE 2003 (JANEIRO A JUNHO) Quadro N.º 1: Receita

(em milhares de  
€uros)

RÚBRICAS	JAN-JUN 2002 (1)	JAN-JUN 2003 (2)	VARIAÇÃO % (3) = (2-1)/(1)
<b>SALDO DO ANO ANTERIOR</b>	687.053,7	667.188,7	-2,9%
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	5.164.013,0	5.385.597,9	4,3%
Contribuições	4.819.428,9	4.910.845,0	1,9%
Adicional ao IVA	251.406,0	338.000,0	34,4%
Rendimentos	81.316,9	110.129,4	35,4%
Outras Receitas	11.861,2	26.623,6	124,5%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	1.052.542,1	760.788,7	-27,7%
Amortizações	0,0	0,0	
Activos Financeiros	1.017.294,1	756.637,5	-25,6%
Empréstimos Obtidos	32.572,2	0,0	-100,0%
Outras	2.675,8	4.151,2	55,1%
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	1.898.322,7	1.903.816,0	0,3%
Ministério da Segurança Social e do Trabalho	1.656.133,9	1.733.453,7	4,7%
Minist. Seg. Social e do Trabalho (DAFSE e IGFSE)	0,4	0,0	-100,0%
Ministério Obras Públicas, Transportes e Habitação	997,6	455,9	-54,3%
Ministério Educação (comp. educat. pré-escolar/IPSS)	35.406,6	37.170,8	5,0%
SCM de Lisboa – Departamento de Jogos	40.219,3	29.944,4	-25,5%
Instituto de Emprego e Formação Profissional	0,0	0,0	
Instituto para a Inovação na Formação	0,0	0,0	
Instituto Desenvolvim. Inspecção Condições Trabalho	0,0	0,0	
Convenção CECA – CE	0,0	268,1	
Transferências FSE – Acções Formação Profissional	165.564,9	102.523,1	-38,1%
Transferências OE – Acções Formação Profissional	0,0	0,0	
Organismos Estrangeiros	0,0	0,0	
PIDDAC – OE		0,0	
PIDDAC – FEDER	0,0	0,0	
Outras	0,0	0,0	
<b>SUB-TOTAL:</b>	8.801.931,5	8.717.391,3	-1,0%
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	4.418,2	9.513,0	115,3%
PIDDAC	4.418,2	9.513,0	115,3%
Do OE	4.418,2	8.800,9	99,2%
Do FEDER	0,0	712,1	
Do IEFP	0,0	0,0	
<b>TOTAL</b>	8.806.349,7	8.726.904,4	-0,9%

Fonte: MSST – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS)

A receita global efectiva do sistema atingiu no período em análise, não incluindo os Activos Financeiros, nem o Saldo do ano anterior, 7.303.078,1 milhares de Eur, representando em relação ao período homólogo do ano anterior um acréscimo de 3,3% (evoluindo de 4,3% no final do 1º trimestre).

Das rubricas que contribuíram para este resultado, importa referenciar:

- As Receitas Correntes, ao longo do primeiro semestre de 2003, atingiram o montante de 5.385.597,9 milhares de Eur, crescendo 4,3% quando comparadas com idêntico período em 2002;
- Durante os primeiros seis meses de 2003, continuou a vigorar o princípio estruturante que determina que as Contribuições e Juros de Mora constituem a principal fonte de receitas da Segurança Social, atingindo o montante de 4.910.845,0 milhares de Eur, representando um acréscimo de 1,9% relativamente ao período homólogo de 2002;
- Apesar de tudo, designadamente pelo abrandamento da actividade económica ao longo de 2002 e 2003, o montante cobrado nas Contribuições e Juros de Mora, no período de Janeiro a Março de 2003, correspondeu a 2.558.496,4 milhares de Eur, representando um acréscimo de 2,6% em relação ao mesmo período em 2002, evoluindo, no período de Janeiro a Junho de 2003, para um montante de 4.910.845,0 milhares de Eur, que representavam um acréscimo de 1,9% em relação ao mesmo período em 2002;
- Para esta análise, decidiu-se considerar os Juros de Mora como parte efectiva das Contribuições, dado que no momento em que a segurança social divulgou as presentes informações ainda não era possível distinguir as Contribuições arrecadadas dos Juros de Mora cobrados;
- A receita das Contribuições representou cerca de 91,2% do total da Receita Corrente e 67,4% das Receitas e Transferências Correntes, um padrão que se manteve ao longo de 2002 e que se confirma no final do 1º semestre de 2003;
- No entanto, deve registar-se a tendência para a diminuição do peso das Contribuições no contexto das Receitas e Transferências Correntes e de Capital o que está directamente relacionado com as receitas provenientes do Activos Financeiros, designadamente aqueles que reportam à Capitalização Pública de Estabilização, da responsabilidade do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social (IGFCSS), em cumprimento da Lei de Enquadramento em vigor.
- Apesar da sua pequena expressão, salienta-se o crescimento significativo na receita do Adicional ao IVA, durante o 1º semestre de 2003, quando comparada com o período homólogo de 2002, que tem uma variação de 34,4%. No final do 1º trimestre de 2003, já se verificava esta mesma variação positiva comparativamente ao mesmo período de 2002;
- Relativamente às Outras Receitas, com o montante de 26.623,6 milhares de Eur, constata-se um significativo acréscimo de 124,5% no final de Junho de 2003 comparativamente a igual período de 2003 (mantendo um comportamento evolutivo semelhante ao 1º trimestre de 2003, com 1.592,7%);
- Recorda-se que para o resultado da rubrica de Outras Receitas contribuem fundamentalmente:
  - a) Rendimentos de aplicações financeiras realizadas pelo IGFSS para excedentes de tesouraria;
  - b) Os juros de depósitos à ordem;
  - c) As participações recebidas de utentes;
  - d) A venda de impressos;
  - e) As receitas do Fundo de Socorro Social;

- f) As transferências do Ministério das Finanças para financiar as pensões dos desalojados das ex-colónias portuguesas;
  - g) O produto de contra-ordenações;
  - h) O resultado da recuperação de prestações prescritas;
- Até ao final do primeiro semestre de 2003, as Transferências Correntes atingiram o montante de 1.903.816,0 milhares de Eur, representando um acréscimo de 0,3% relativamente ao mesmo período do ano anterior. Para este resultado muito contribuem as transferências correntes do Ministério da Segurança Social e Trabalho, no montante de 1.733.453,7 milhares de Eur, a que corresponde um crescimento de 4,7% comparativamente a igual período de 2002;
  - Ainda no âmbito das Transferências Correntes, foi constatado que até Abril de 2003, as transferências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, evidenciaram um acréscimo anormal relativamente ao período homólogo anterior, que se justificaram pelo facto de aquele valor estar influenciado pelo recebimento, em Janeiro de 2003, do duodécimo relativo a Dezembro de 2002 (óptica financeira), contrariamente ao que aconteceu em 2002, quando o valor de Dezembro de 2001 foi considerado na execução orçamental de Dezembro de 2001 (óptica económica);
  - Como já foi referido anteriormente e no contexto das Receitas de Capital (-25,6% face ao período homólogo), importa salientar o montante de 756.637,5 milhares de Eur (1.017.294,1 milhares de Eur em igual período de 2002), relativo aos Activos Financeiros;
  - Também no contexto das Receitas de Capital, uma curta nota para o facto de – no final do primeiro semestre de 2003 – não estarem registados Empréstimos Obtidos que têm normalmente sido constituídos para fazer face a atrasos nas transferências do Fundo Social Europeu, destinadas ao financiamento das acções de formação profissional;
  - Quanto às Transferências de Capital, com o montante de 9.513,0 milhares de Eur, regista-se um crescimento de 115,3% quando se compara com o homólogo de 2002, para o qual contribuem exclusivamente os valores do PIDDAC;
  - Ainda no contexto das Transferências de Capital, justifica-se uma nota para a circunstância das Transferências para Acções de Formação Profissional estarem a ser inscritas e identificadas no corpo das Transferências Correntes. Este registo não coloca dificuldades às leituras das comparações homólogas;

## COMPORTAMENTO EVOLUTIVO DAS PRINCIPAIS RÚBRICAS DA RECEITA

### Quadro N.º 2

(em milhares de €uros)

<b>RÚBRICAS</b>	<b>Final do 1º Trimestre</b>	<b>Final do 2º Trimestre</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>2.650.299,9</b>	<b>5.385.597,9</b>
Contribuições	2.493.443,9	4.910.845,0
Adicional ao IVA	125.703,0	338.000,0
<b>Receitas de Capital</b>	<b>439.129,8</b>	<b>760.788,7</b>
Activos Financeiros	405.960,0	756.637,5
<b>Transferências Correntes</b>	<b>854.903,6</b>	<b>1.903.816,0</b>
Ministério Seg. Social Trabalho	828.066,9	1.733.453,7
<b>Transferências de Capital</b>	<b>0,0</b>	<b>9.513,0</b>
PIDDAC	0,0	9.513,0

*Fonte: MSST – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), com agregação do Relator.*

**ORÇAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL – 2003 / EXECUÇÃO ORÇAMENTAL  
(JAN-JUN)**

**Quadro N.º 3: Receita**

(em milhares  
de €uros)

<b>RUBRICAS</b>	<b>OSS 2003</b>	<b>JAN-JUN 2003</b>	<b>EXECUÇÃO %</b>
<b>SALDO DO ANO ANTERIOR</b>	<b>667.188,7</b>	<b>0,0</b>	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>11.636.419,5</b>	<b>5.385.597,9</b>	<b>46,3%</b>
Contribuições	10.645.803,5	4.910.845,0	46,1%
Adicional ao I.V.A.	675.967,5	338.000,0	50,0%
Rendimentos	232.006,9	110.129,4	47,5%
Outras receitas	82.641,6	26.623,6	32,2%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>4.583.338,8</b>	<b>760.788,7</b>	<b>16,6%</b>
Amortizações	3,5	0,0	
Activos Financeiros	4.438.335,3	756.637,5	17,0%
Empréstimos Obtidos	140.000,0	0,0	
Outras	5.000,0	4.151,2	83,0%
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>4.496.340,3</b>	<b>1.903.816,0</b>	<b>42,3%</b>
Ministério da Seg. Social e do Trabalho – Lei de Bases	3.466.844,6	1.733.453,7	50,0%
Minist. da Seg. Social e do Trabalho (IGFSE e DAFSE)	140,0	0,0	
Ministério Obras Públicas, Transportes e Habitação	1.823,6	455,9	25,0%
Minist. Educação (componente educativa pré-escolar/IPSS)	92.296,0	37.170,8	40,3%
Ministério da Justiça	1.500,0	0,0	
SCM de Lisboa – Departamento de Jogos	74.286,1	29.944,4	40,3%
Instituto de Emprego e Formação Profissional	0,0	0,0	
Instituto para a Inovação na Formação	0,0	0,0	
Instituto Desenvolvimento Inspeção Condições Trabalho	0,0	0,0	
Convenção CECA – CE	400,0	268,1	67,0%
Formação Profissional – FSE	858.900,0	102.523,1	11,9%
Formação Profissional – OE	150,0	0,0	
PIDDAC – OE	0,0	0,0	
PIDDAC – FEDER	0,0	0,0	
Outras	0,0	0,0	
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>21.383.287,3</b>	<b>8.717.391,3</b>	<b>40,8%</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>38.001,9</b>	<b>9.513,0</b>	<b>25,0%</b>
PIDDAC	38.001,9	9.513,0	25,0%
Do OE	25.562,6	8.800,9	34,4%
Do FEDER	12.439,3	712,1	5,7%
Do IEFP	0,0	0,0	
<b>TOTAL</b>	<b>21.421.289,2</b>	<b>8.726.904,4</b>	<b>40,7%</b>

*Fonte: MSST – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS)*

Como foi referido na Introdução deste Relatório, adoptámos – a partir do 2º trimestre de 2002 – uma outra leitura para a execução orçamental da Segurança Social, recorrendo ao Mapa IX, do Orçamento de Estado, para comparar o Orçamento da Segurança Social com a sua execução até ao final de Junho de 2003 (Quadros Nº 3 e Nº 9).

A 4ª coluna, com a variação %, demonstra claramente qual a percentagem concretizada pela execução orçamental relativamente aos valores propostos no orçamento para 2003.

Convém, neste ponto, recordar que para efeitos de análise na Execução Orçamental, se condicionou o valor das Contribuições, pela inclusão do valor correspondente ao orçamento de Juros de Mora, uma vez que, até ao momento, ainda não é possível distinguir as Contribuições arrecadadas dos Juros de Mora cobrados.

Neste Quadro Nº 3 é possível constatar a execução de cerca de 46,3% das Receitas Correntes, com destaque para as Contribuições e Juros de Mora que cumprem 46,1% do orçamentado, sendo sobretudo a rubrica de Outras Receitas aquela que mais prejudica a previsão do orçamento para 2003, cumprindo 32,2%. Dado que o financiamento da Segurança Social se apoia de forma muito acentuada nas Contribuições sobre rendimentos de trabalho, facilmente se conclui pela assumida importância que esta rubrica apresenta para a execução orçamental.

Relativamente ao Adicional ao IVA, o valor transferido do OE representa 50,0% do valor orçamentado, o que representa uma boa concretização atendendo ao facto de nos encontrarmos precisamente a meio do ano económico.

Relativamente às Receitas de Capital e de acordo com as referências já feitas anteriormente, regista-se a importância dos resultados da Capitalização Pública de Estabilização, na rubrica de Activos Financeiros, que assim vai de encontro àquilo que a actual legislação de enquadramento determina. Quanto à expectativa que o orçamento estimava para esta rubrica, verifica-se que o resultado destes Activos Financeiros se traduz numa execução de 17,0% que influencia decisivamente a execução das Receitas de Capital (16,6%).

Apesar das contingências da rubrica relativa às Acções de Formação Profissional, designadamente das consignações da Formação Profissional, por via do Fundo Social Europeu, recorda-se que no final do 1º semestre de 2003, isto é, justamente a meio do ano económico, as Transferências Correntes tinham uma execução de 42,3% apesar da Formação Profissional ter apenas absorvido 11,9% do orçamento.

Ainda no contexto das Transferências Correntes e salvaguardando a enorme disparidade dos montantes respectivos, constata-se uma execução de 50,0% do orçamentado nas transferências concretizadas pelo Ministério da Segurança Social e do Trabalho e em 25% nas transferências da responsabilidade do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação.

Finalmente e apesar da sua reduzida expressão orçamental (correspondente a 1% do total do Orçamento da Segurança Social), são fundamentalmente as Transferências de Capital (com uma execução orçamental de 25,0%) que – por estarem por se realizar – mais penalizam o Total da Execução Orçamental das Receitas (40,7%) do Orçamento da Segurança Social.



## 2. DESPESA:

### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO 1º SEMESTRE DE 2003 (JANEIRO A JUNHO)

#### Quadro N.º 4: Despesa

(em milhares de  
€uros)

RÚBRICAS	JAN-JUN 2002 (1)	JAN-JUN 2003 (2)	VARIAÇÃO % (3) = (2-1)/(1)
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5.685.920,0</b>	<b>6.165.358,6</b>	<b>8,4%</b>
Pensões	3.572.179,3	3.819.876,3	6,9%
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	261.414,8	274.404,4	5,0%
Subsídio de Doença	247.416,6	247.734,9	0,1%
Subsídio de Desemprego, Apoio ao Emprego,.....	533.654,1	720.840,4	35,1%
Outras Prestações	226.391,5	244.142,1	7,8%
Acção Social	527.700,2	547.590,7	3,8%
Rendimento Social de Integração	116.588,1	121.431,4	4,2%
Administração	199.543,7	189.189,0	-5,2%
Acções de Formação Profissional	1.031,7	149,4	-85,5%
Extinção de Empréstimos (Lei 2 092)	0,0	0,0	
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.428.355,2</b>	<b>951.589,7</b>	<b>-33,4%</b>
PIDDAC	12.908,9	16.259,7	26,0%
Amortizações de Empréstimos	45.400,0	0,0	-100,0%
Edifícios – IGFCSS	0,0	83,3	
Activos Financeiros – IGFCSS	1.369.066,4	935.246,7	-31,7%
Outras	979,9	0,0	-100,0%
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>704.444,4</b>	<b>600.746,6</b>	<b>-14,7%</b>
Emprego e Formação Profissional	232.735,4	241.810,7	3,9%
Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho	6.602,5	10.290,0	55,9%
Inovação na Formação	3.447,8	3.316,8	-3,8%
Ministério Educação (componente social pré-escolar)	20.942,5	11.493,8	-45,1%
Subsídios Correntes – Acções Formação Profissional	438.177,9	331.107,2	-24,4%
Com suporte no FSE	359.281,8	214.576,5	-40,3%
Com suporte no OSS	78.896,1	116.530,7	47,7%
Com suporte no OE (ex-DAFSE)	0,0	0,0	
INATEL	2.354,3	2.728,2	15,9%
PIDDAC – OE – Programa Desenvolvimento Social	184,0	0,0	
PIDDAC – FEDER – Programa Desenvolvim. Social	0,0	0,0	
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>3.428,0</b>	<b>3.334,2</b>	<b>-2,7%</b>
IGFCSS			
INATEL	3.428,0	3.334,2	-2,7%
Outras	0,0	0,0	
<b>TOTAL</b>	<b>7.822.147,6</b>	<b>7.721.029,1</b>	<b>-1,3%</b>
<b>SALDO ORÇAMENTAL – VALOR ABSOLUTO</b>	<b>661.748,5</b>	<b>517.295,8</b>	
<b>SALDO ORÇAMENTAL – % do PIB</b>	<b>0,51%</b>	<b>0,38%</b>	

Fonte: MSST – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS)

No período de Janeiro a Dezembro de 2002, a despesa global efectiva atingiu 6.785.782,4 milhares de Eur, superando a despesa realizada no período homólogo de 2002, com um acréscimo de 5,9% (evoluindo de 2,1% registado no primeiro trimestre). As despesas correntes (6.165.358,6 milhares de Eur) superaram as receitas correntes (5.385.597,9 milhares de Eur) e absorveram mais de 91% do total das receitas e transferências correntes.

Do conjunto das rubricas que contribuíram para este resultado, importa assinalar o comportamento de algumas despesas, mais significativas, recorrendo a alguns Quadros para a sua melhor evidência:

- A despesa com as pensões evidencia, até ao final de Junho de 2003, um montante de 3.819.876,3 milhares de Eur, correspondendo a uma variação de 6,9%, em relação ao período homólogo do ano anterior. As pensões de velhice são as que se destacam com um maior peso no total do agregado de pensões e também as que apresentam um maior crescimento (8,1%);
- O Subsídio Familiar a Crianças e Jovens revela um acréscimo de 5,0% comparado com o período homólogo do ano anterior, com uma despesa total de 274.404,4 milhares de Eur. Neste segmento, importa destacar o crescimento da despesa com o Abono de Família que contempla não só a evolução do número de beneficiários nos últimos anos, mas também a recente alteração legislativa em que se consagram prestações familiares mais selectivas, privilegiando as famílias mais numerosas e de menores rendimentos;
- Na rubrica de Outras Prestações estão incluídas, entre outras, as prestações sociais do subsídio por tuberculose, de maternidade, o subsídio familiar – bonificação, o subsídio por assistência a 3.<sup>a</sup> pessoa, o subsídio por morte e o subsídio de funeral. No período de Janeiro a Junho de 2003, as Outras Prestações atingiram o montante de 244.142,1 milhares de Eur, reflectindo um acréscimo de 7,8% para o período homólogo de 2002;
- A despesa registada no Subsídio de Desemprego e Apoios ao Emprego, que atingiu no final do 1º semestre de 2003 o montante de 720.840,4 milhares de Eur, supera o valor registado em igual período de 2002 em 35,1%, reflectindo o abrandamento da economia e o aumento do número de cidadãos inscritos neste segmento;
- Embora a despesa com as prestações de desemprego venha crescendo sustentadamente desde 2002, em Junho de 2003 a despesa estabilizou relativamente a Maio do ano anterior (no final do 1º semestre de 2002, este crescimento já era de 21,4%, no final do 3º trimestre de 22,0% e 27% no final de 2002);
- Também neste contexto, uma breve referência para o novo Programa de Emprego e Protecção Social (PEPS) que em Junho de 2003, apresentava uma despesa – evidenciada pelo ISSS – de 1.149,0 milhares de Eur, absorvendo 0,16% da despesa total, com as prestações de desemprego. Em Abril de 2003, os Centros Distritais não indicaram qualquer despesa com as prestações sociais previstas neste Programa, a que não será alheia a data da publicação do Decreto-Lei nº 84/2003 de 24 de Abril que aprovou medidas temporárias de protecção social aplicáveis aos trabalhadores em situação de desemprego que revestem natureza especial e se inserem no Programa de Emprego e Protecção Social. No mês de Maio e de Junho os Centros Distritais de Braga, Évora, Guarda, Viana do Castelo e Viseu ainda não tinham indicado a despesa realizada com as prestações sociais previstas neste Programa.

- Ainda relativamente às prestações sociais para o Desemprego, é de realçar o papel fundamental que os Centros Distritais de Segurança Social desempenham, dado que a fiabilidade destes dados resulta da sua maior, ou menor, eficácia na manutenção actualizada quer do registo de remunerações, quer do processamento de subsídios pendentes;

**COMPORTAMENTO EVOLUTIVO DAS PRINCIPAIS RÚBRICAS DA DESPESA**  
**Quadro N.º 5**

(em milhares de €uros)

<b>RÚBRICAS</b>	<b>Final do 1º Trimestre</b>	<b>Final do 2º Trimestre</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>3.010.883,9</b>	<b>5.685.920,0</b>
Pensões	1.896.274,4	3.819.876,3
Subsídio de Doença	120.409,3	247.734,9
Subsídio de Desemprego, Apoio ao Emprego...	337.428,3	720.840,4
Acção Social	264.242,7	547.590,7
Rendimento Social de Integração	60.018,2	121.431,4
<b>Despesas de Capital</b>	<b>423.691,6</b>	<b>951.589,7</b>
Activos Financeiros	416.825,5	935.246,7
<b>Transferências Correntes</b>	<b>283.399,6</b>	<b>600.746,6</b>
Emprego e Formação Profissional	120.905,3	241.810,7
<b>Transferências de Capital</b>	<b>1.667,1</b>	<b>3.334,3</b>
INATEL	1.667,1	3.334,2

*Fonte: MSST – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), com agregação do Relator.*

- Por outro lado, na desagregação para o Subsídio de Desemprego, no Continente, (Quadro N.º 6), há a registar o aumento do número de beneficiários, em 22,4%, isto é, mais 155.067 Beneficiários do que aqueles que estavam registados no período homólogo de 2002, aos quais correspondeu um crescimento de 31,6% no Número de Dias Subsidiados;

**SUBSÍDIO DE DESEMPREGO (Continente)**

**Quadro N.º 6: Evolução Comparativa**

<b>Subsidiados</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>Variação</b>
	<b>Jan. – Jun.</b>	<b>Jan. – Jun.</b>	<b>%</b>
	<b>(1)</b>	<b>(2)</b>	<b>(3)=(2):(1)x100-100</b>
<b>N.º de beneficiários</b>	692.041	847.108	22,41
<b>N.º de dias</b>	23.443.324	30.843.075	31,56
<b>Valores Processados</b>	368.547.568,70	508.010.986,85	37,84

*Fonte: MSST – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS)*

- Paralelamente, na desagregação para o Subsídio Social de Desemprego, no Continente, (Quadro N.º 7), há a registar o aumento do número de beneficiários, em 14,4%, isto é, mais 62.404 Beneficiários do que aqueles que existiam no período homólogo de 2002, aos quais correspondeu um crescimento mais do que proporcional de 20,6% no Número de Dias Subsidiados;

**SUBSÍDIO SOCIAL DE DESEMPREGO (Continente)**

**Quadro N.º 7: Evolução Comparativa**

<b>Subsidiados</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>Variação</b>
	<b>Jan. – Jun.</b>	<b>Jan. – Jun.</b>	<b>%</b>
	<b>(1)</b>	<b>(2)</b>	<b>(3)=(2):(1)x100-100</b>
<b>N.º de beneficiários</b>	432.935	495.339	14,41
<b>N.º de dias</b>	14.637.318	17.656.109	20,62
<b>Valores Processados</b>	136.524.617,29	177.934.214,61	30,33

*Fonte: MSST – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS)*

- No final do primeiro semestre de 2003, a despesa com o Subsídio de Doença atingiu o montante de 247.734,9 milhares de Eur, representando um acréscimo de 0,1% em relação a igual período de 2002;
- Pelos dados do Quadro N.º 8 pode verificar-se que, no final de Junho de 2003, se mantém a tese sobre a eventualidade desta despesa se comportar de modo mais favorável do que no passado, designadamente em resultado das várias medidas dissuasoras que foram sendo tomadas para evitar a fraude. Trata-se de uma evolução consistente, desde 2002, que afasta a possibilidade aqui anteriormente admitida, pelo Relator, desta informação se encontrar eventualmente subavaliada, pelo facto de poderem ocorrer atrasos no registo de salários que servem de suporte ao cálculo do subsídio (beneficiários em situação de baixa por doença);
- Na desagregação dos valores para o subsídio por doença (Quadro N.º 8), constata-se que o acréscimo do n.º de beneficiários corresponde a +3,75% do que no período homólogo;

### **SUBSÍDIO POR DOENÇA (Continente)**

**Quadro N.º 8: Evolução Comparativa**

<b>Subsidiados</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>Variação</b>
	<b>Jan. – Jun.</b> <b>(1)</b>	<b>Jan. – Jun.</b> <b>(2)</b>	<b>%</b> <b>(3)=(2):(1)x100-100</b>
<b>N.º de beneficiários</b>	832.663	863.898	3,75
<b>N.º de dias</b>	19.313.985	20.745.154	7,41
<b>Valores Processados</b>	244.273.857,10	243.002.146,25	-0,52

*Fonte: MSST – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS)*

Algumas considerações adicionais sobre outras rubricas da Despesa:

- Em Junho de 2003, o Rendimento Social de Inserção atingiu o montante de 121.431,4 milhares de Eur, evidenciando um acréscimo de 4,2% relativamente a igual período de 2002. Neste contexto, importa referir as medidas tomadas no sentido de reorientar e disciplinar esta prestação;
- As despesas com as prestações da Acção Social atingiram no final do 1º semestre de 2003 o montante de 547.590,7 milhares de Eur, significando um agravamento de 3,8% comparativamente ao ano anterior. Para este resultado da Acção Social (em Março era de 6,8%, em Abril era de 4,9%) está a concorrer o acréscimo registado na despesa com os acordos de cooperação com as IPSS, devido, fundamentalmente, ao desfasamento temporal ocorrido entre 2003 e 2002 no que concerne à actualização anual estabelecida para os mesmos. Em 2003, a actualização iniciou-se em Abril e em 2002 em Julho;
- As Despesas de Capital, deduzidas dos valores correspondentes aos Activos Financeiros, atingiram o montante de 16.343,0 milhares de Eur, aqui se justificando a referência à despesa com o PIDDAC – atinge no período de Janeiro a Junho de 2003, o montante de 16.259,7 mil Eur, isto é +26,0% que em período homólogo de 2002;
- Relativamente às Transferências Correntes, destacam-se as despesas com Acções de Formação Profissional, que atingem um montante de 331.107,2 milhares de Eur, representando um decréscimo de -24,4% relativamente ao período homólogo. Esta redução é justificada com um comportamento mais lento dos pagamentos nos primeiros 4 meses do ano de 2003 quando comparado com igual período de 2002;

- Uma curta nota ainda para as Transferências de Capital, que têm um decréscimo de -2,7%, entre Janeiro e Junho de 2003, comparativamente ao executado no mesmo período de 2002, exclusivamente em resultado das transferências realizadas para o INATEL;

**ORÇAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL – 2003 / EXECUÇÃO ORÇAMENTAL  
(JAN-JUN)**

**Quadro N.º 9: Despesa**

(em milhares  
de €uros)

<b>RUBRICAS</b>	<b>OSS 2003</b>	<b>JAN-JUN 2003</b>	<b>EXECUÇÃO %</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>13.786.582,3</b>	<b>6.165.358,6</b>	<b>44,7%</b>
Pensões	9.108.837,6	3.819.876,3	41,9%
Subsídio familiar a crianças e jovens	560.306,0	274.404,4	49,0%
Subsídio por doença	447.360,0	247.734,9	55,4%
Subsídio de desemprego, apoio ao emprego, ...	1.232.826,9	720.840,4	58,5%
Outras Prestações	588.539,3	244.142,1	41,5%
Acção Social	1.220.789,8	547.590,7	44,9%
Rendimento Social de Integração	204.705,0	121.431,4	59,3%
Administração	414.167,7	189.189,0	45,7%
Acções de Formação Profissional	9.050,0	149,4	1,7%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.886.854,7</b>	<b>951.589,7</b>	<b>16,2%</b>
PIDDAC	79.832,9	16.259,7	20,4%
Do OE	25.562,6	8.339,9	32,6%
Do OSS	41.831,0	7.919,9	18,9%
Do FEDER	12.439,3	0,0	
Do IEFP	0,0	0,0	
Amortizações de Empréstimos	140.000,0	0,0	
Edifícios – IGFCSS	15.000,0	83,3	0,6%
Activos Financeiros – IGFCSS	5.637.057,9	935.246,7	16,6%
Outras	14.963,9	0,0	
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>1.741.183,3</b>	<b>600.746,6</b>	<b>34,5%</b>
Emprego e Formação Profissional	500.298,5	241.810,7	48,3%
Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho	20.579,6	10.290,0	50,0%
Inovação na Formação	10.289,8	3.316,8	32,2%
Ministério Educação (componente social pré-escolar)	45.975,0	11.493,8	25,0%
Subsídios correntes – Acções Formação Profissional	1.158.284,2	331.107,2	28,6%
Com suporte no FSE	935.934,2	214.576,5	22,9%
Com suporte no OSS	222.200,0	116.530,7	52,4%
Com suporte no OE (ex-DAFSE)	150,0	0,0	
INATEL	5.456,2	2.728,2	50,0%
PIDDAC – OSS – Apoio à tomada de decisão	300,0	0,0	
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>6.668,8</b>	<b>3.334,2</b>	<b>50,0%</b>
INATEL	6.668,8	3.334,2	50,0%
<b>TOTAL</b>	<b>21.421.289,1</b>	<b>7.721.029,1</b>	<b>36,0%</b>
<b>SALDO ORÇAMENTAL – VALOR ABSOLUTO</b>	<b>531.530,5</b>	<b>517.295,8</b>	
<b>SALDO ORÇAMENTAL – % do PIB</b>	<b>0,39%</b>	<b>0,38%</b>	

*Fonte: MSST – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS)*

Como foi referido na Introdução deste Relatório, adoptámos – a partir do 2º trimestre de 2002 – uma outra leitura para a execução orçamental da Segurança Social, recorrendo ao Mapa IX, do Orçamento de Estado, para comparar o Orçamento da Segurança Social com a sua execução até ao final de Dezembro (Quadros Nº 3 e Nº 9).

A 4ª coluna, com a variação %, demonstra claramente qual a percentagem concretizada pela execução orçamental relativamente aos valores propostos no orçamento para 2003.

Deste modo, no Quadro Nº 9, é possível constatar a execução de 44,7% das Despesas Correntes, onde se destacam os valores das Pensões – pela grandeza da sua expressão – que cumprem 41,9%.

Igualmente importantes são as execuções orçamentais das diferentes prestações relacionadas com o Desemprego (58,5%), com o Rendimento Social de Integração (59,3%) e com o Subsídio por Doença (55,4%), todos evidenciando uma evolução acima da linha face à expectativa inscrita em orçamento e atendendo à circunstância de nos encontrarmos a meio do ano económico. Em sentido contrário, encontram-se as execuções orçamentais da Acção Social (44,9%) e do conjunto das Outras Prestações (41,5%) que ficam ligeiramente aquém dos valores orçamentados para 2003.

Quanto às Despesas de Capital e particularmente pela influência dos valores registados nos Activos Financeiros (Capitalização Pública de Estabilização), constata-se uma realização, respectivamente, de 16,2% e 16,6%, bastante abaixo da expectativa de despesa para o período de 2003, apesar das justificações já anteriormente avançadas.

No contexto das Transferências Correntes, verifica-se que a execução atingiu os 34,5% do orçamentado, com destaque para o contributo das transferências já concretizadas em acções de Emprego e Formação Profissional, com uma realização de 48,3%.

Por fim, as Transferências de Capital – com destino ao INATEL – que, apesar da sua reduzida expressão orçamental, assumem uma realização orçamental de 50,0%.

### **CONCLUSÕES:**

Da análise à execução orçamental relativa ao período de Janeiro a Junho de 2003, conclui-se, em termos gerais, que tanto a receita (incluindo o saldo inicial transitado do ano anterior) como a despesa, evidenciam um decréscimo em relação ao período homólogo do ano transacto, de 0,9% e 1,3%, respectivamente.

Para estes resultados muito contribui a actual vulnerabilidade do mercado de trabalho à conjuntura que acaba por ter reflexos no volume dos montantes que constituem as receitas das Contribuições, como ainda tem consequências ao nível do desemprego e dos respectivos encargos sociais, resultando num agravamento da situação orçamental do sector.

Como foi referido anteriormente, o comportamento da receita foi condicionado pela evolução dos activos financeiros que apresentam um decréscimo significativo – fundamentalmente em resultado da menor e mais lenta rotação da carteira do FEFSS/IGFCSS – e pela evolução das Contribuições que, representando 59,7% das



receitas totais, evidenciam um acréscimo de 1,9% relativamente ao mesmo período de 2002.

O decréscimo de 1,3% na despesa total, relativamente ao valor registado no período homólogo de 2002, decorre do efeito conjugado de um agravamento de 8,4% nas Despesas Correntes, fruto do efeito da actual conjuntura económica nas prestações substitutivas do trabalho e do comportamento mais lento no início do ano das Transferências e Subsídios Correntes e das Despesas de Capital, que no conjunto apontam para um decréscimo de 27,2% relativamente a igual período de 2002.

Aceita-se, por isso, no que se refere à despesa, que o abrandamento da actividade económica justifique o deslizamento de algumas rubricas correntes, designadamente nas prestações relacionadas com o desemprego que crescem acima do previsto quando comparadas em valores homólogos.

Registe-se, ainda, que o Saldo Orçamental, no final do período de Janeiro a Junho de 2003, expurgando o Saldo do Ano Anterior e os Activos e Passivos Financeiros, atinge o montante de 517.295,8 milhares de Eur, isto é, 0,38% do PIB que compara quase em linha com os 0,39% da estimativa orçamental para 2003 (531.530,5 milhares de Eur), mas que é inferior aos 0,51% apresentados no período homólogo de 2002 (661.748,5 milhares de Eur).

Por fim, uma nota sobre a eficiência dos resultados que suportam a execução orçamental, alertando para a premência em aproximar/traduzir com maior realidade e com base em melhor desempenho informático, a ocorrência temporal dos factos e o momento do seu registo contabilístico, designadamente no que respeita, por exemplo, ao financiamento das acções de formação profissional ou aos registos que os Centros Distritais da Segurança Social têm de efectuar, no processamento de remunerações e de subsídios pendentes.

#### **PARECER:**

A Comissão Parlamentar de Execução Orçamental é de parecer que o presente Relatório, relativo ao acompanhamento da execução orçamental da Segurança Social, para o período compreendido entre Janeiro e Junho de 2003, se encontra em condições constitucionais e regimentais de ser enviado ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República, para eventual apreciação em Plenário, reservando os Grupos Parlamentares as suas posições sobre a matéria em apreço.

Palácio de São Bento, em 5 de Dezembro de 2003

O Deputado Relator,

O Presidente da Comissão,

(Vasco Cunha)

(José Tavares Moreira)